

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) - 04 E 05 DE MARÇO DE 2024 - 9H ÀS 18H (CAPES)

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e vinte e três, na sede da Capes, Brasília-DF, iniciou-se a 1ª Reunião Ordinária do Pleno do Fórum Nacional de Educação (FNE), convocada para os dias 04 e 05 de março de 2024, de 9h às 18h, contando com a participação de seus membros, conforme lista de presença anexa a esta ata. A proposta de Pauta e Dinâmica do primeiro dia de Reunião incluiu: 1) Abertura da Reunião, 2) Reunião das Comissões Especiais: a) Reunião da CEMS - Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização; b) Reunião da CEMD - Comissão Especial de Mobilização e Divulgação; 3) Ata da Reunião anterior; 4) Avaliação da CONAE 2024 e Análise da Conjuntura; 5) Propostas para encaminhamentos das Comissões Especiais. Já a proposta do segundo dia de Reunião abarcou: 6) Propostas para encaminhamentos das Comissões Especiais; 7) Organização interna do FNE, com a indicação do vice-coordenador/a do FNE; critério para a Secretaria Executiva do FNE; Encaminhamentos para as Comissões Especiais e os Grupos de Trabalhos Temporários - GTTs; 8) Pareceres de pedidos de ingresso no FNE; 9) Audiência com Ministro da Educação. Para dar início aos trabalhos, **Heleno Araújo (CNTE)**, Coordenador do FNE, saudou os presentes e discorreu sobre a proposta de pauta dos dois dias de reunião, comentando ponto a ponto, com destaque, no ponto 4, para a perspectiva e tramitação do projeto de lei do PNE no Congresso; no ponto 8, para o prazo de até 31 de outubro de cada ano para pedidos de ingresso no FNE, a ser feito por meio de ofício encaminhado à Coordenação; no ponto 9, o objetivo de entregar o Documento Final da Conae, em mãos, ao Ministro Camilo Santana e, em seguida, divulgar amplamente o Documento e promover, por meio da CEMD, estratégias de acompanhamento de tramitação do Projeto de Lei do novo PNE e de apoio à elaboração dos planos estaduais e municipais. Feito os esclarecimentos, colocou a pauta em discussão. Não havendo objeções **A PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO FNE 2024 FOI APROVADA.** Ato contínuo, o Coordenador passou a palavra, para uma saudação, **Maria Selma Rocha (Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino da SASE/MEC)**, que agradeceu o convite, saudou a todos e teceu considerações sobre o PNE, a Conae e a importância do debate público para a Democracia. Mencionou o desafio de defender a legitimidade do processo democrático e das proposições da Conferência, em meio a tentativas de adiamento do debate, de proposta de prorrogação do PNE vigente, de atrasos pela inação do governo anterior, problema, segundo a professora, foi tratado pelo relatório do Tribunal de Contas, em 2019. Avaliou que o debate promovido pela Conae 2024 foi representativo, ressaltando a importância da instituição de processos democráticos nos quais a participação social conte com financiamento e apoio, assegurando o envolvimento dos segmentos e setores da sociedade no debate público, que não pode ser limitado aos mais dotados de condições materiais e com acesso ao poder. Por fim, relacionou a contribuição da Conae para o novo plano, que deverá ser essencial ao desenvolvimento da educação, da ciência, da cultura, da economia e da cidadania. Após agradecer a saudação, **Heleno Araújo (CNTE)**, registrou a presença do Professor Manoel Humberto Gonzaga Lima, que passou a integrar o FNE como representante titular da UNCME, em substituição ao Professor

Eduardo Silva, a quem agradeceu pelas contribuições. Também saudou a Professora Miriam Fábia Alves, que passou a representante titular da ANPED no FNE, invertendo a suplência com Geovana Mendes. Para continuar o rito de abertura da reunião, foi passada a palavra para **Maurício Holanda Maia (Secretário Nacional de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação - SASE/MEC)**, que cumprimentou o Pleno, registrou o esforço das Professoras Maria Selma Rocha e Alessandra Assis, assim como da equipe SASE, para a realização da Conae 2024, destacando a concessão, pelo MEC de 1.940 (mil novecentas e quarenta) passagens aéreas, além do pagamento de diárias, para que os representantes eleitos nos estados estivessem presentes na conferência, participando do debate público nacional sobre os rumos da educação no país. O Professor citou as permanentes tentativas de deslegitimar o fórum e a conferência como prévia da disputa em relação ao PL do novo PNE a ser enviado pela União ao Congresso. Também firmou o agradecimento da SASE ao FNE, às coordenações dos fóruns municipais, estaduais e distrital de educação, ao apoio interno da Secretaria Executiva do MEC e o envolvimento das Universidades Federais de Pernambuco, de Juiz de Fora e de Brasília - UFPE, UFJF e UnB. Para encerrar o ponto 1 da reunião, **Heleno Araújo (CNTE)** agradeceu os convidados, reconhecendo a determinação da SASE/MEC em apoiar a realização da Conferência, por meio do diálogo com o Fórum, exaltando a diversidade de representações no FNE, resgatando marcos históricos da realização das conferências nacionais e colocando o Fórum à disposição para defender o PL do novo PNE, diante do compromisso do Ministro de ter o Documento Final da Conae como base para sua elaboração. Após intervalo, teve início o ponto 2, quando as Comissões passaram a trabalhar separadamente. Sob a coordenação de **Geovana Mendes (CEMS)** iniciou sua pauta com agradecimento a cada membro pelo trabalho desenvolvido ao longo da conferência, citando os responsáveis pela relatoria, revisão e diagramação, dando destaque à grande responsabilidade de elaborar os documentos que orientaram as discussões até o Documento Final. Em seguida, a Professora comunicou que passaria ao lugar de suplente da ANPED, deixando de exercer a coordenação da CEMS, sugerindo que o grupo discutisse a indicação de novo nome, bem como elencasse as proposições de atividades da CEMS a serem levadas ao Pleno para aprovação. Com a palavra, **Alessandra Assis (SASE)**, parabenizou a Comissão pelo trabalho realizado, na pessoa da Professora Geovana Mendes, sugerindo a manutenção do esforço da CEMS para que as atividades após a Conae venham a ter como foco o acompanhamento da discussão sobre o novo PNE, em vista do risco instaurado no Congresso com a proposta de prorrogação do PNE vigente e sugerindo que, em conjunto com a CEMD, seja elaborado e veiculado um boletim periódico do FNE, para orientar o acompanhamento sobre as políticas e a mobilização do campo educacional. **Walisson Araújo (Senado Federal)** parabenizou a Comissão, destacando a simplicidade e generosidade de Geovana Mendes na condução dos trabalhos, reconhecendo mais uma vez o esforço do MEC e da sociedade na construção da conferência, agradecendo a Professora Roberta Guedes pelo trabalho relacionado com a acessibilidade na Conae. Retomando a palavra, **Geovana Mendes (CEMS)** mencionou os pontos a serem discutidos pela CEMS: definição da nova coordenação, planejamento das ações de 2024, cronograma de reuniões

sistemáticas, ação estratégica da Comissão frente às atribuições do Regimento, sendo prioritário o acompanhamento da elaboração e tramitação do PL do novo PNE, além de acompanhar e implementar as deliberações da Conae e realizar debates sobre a política nacional de educação. Sugeriu como método a realização de webinários. **Luiz Dourado (ANPED)**, corroborando com as sugestões, acrescentou que, dentre as primeiras atividades da CEMS, está a de garantir a ampla divulgação do Documento Final da Conae 2024 para pensar em elementos substantivos que precisam compor o PL do novo PNE, por meio de um extrato de questões sobre os níveis e modalidades da educação, com destaque para a criação do Sistema Nacional de Educação, centralidade para a questão indígena, entre outras questões relevantes. Em complemento, **Carlos Alberto Marques (PROIFES)** ressaltou a importância do Documento Final como subsídio para o PL do novo PNE, expressando surpresa com o fato de não constar o nome do Ministério na versão final. A título de síntese, **Geovana Mendes (CEMS)** registrou como propostas: divulgação do Documento Final da Conae 2024 por todas as entidades do FNE; produção de síntese do Documento Final; elaboração de Notas técnicas do FNE sobre diversos assuntos em tramitação no Congresso e sob acompanhamento dos GTTs do FNE; acompanhamento da tramitação do PL do SNE. **Roberta Guedes (ANECA)** acrescentou que a CEMS precisa trabalhar junto com a CEMD para mobilizar os fóruns municipais, estaduais e distrital, por meio de uma ação de formação para a cidadania, de uma agenda de diálogo e da articulação política com o Parlamento e com o Poder Executivo. Com a palavra, **Andressa Pellanda (CNDE)** manifestou apoio às proposições, reforçando a ideia de desmembrar o conteúdo da Conae em notas técnicas, para subsidiar os assuntos em debate no Congresso. Em complemento, **Alfredo Gomes (ANDIFES)** sugeriu o apoio de uma assessoria parlamentar para a ajudar o FNE a acompanhar a evolução de cada PL, com o apoio dos representantes das Comissões de Educação da Câmara e Senado que fazem parte do Fórum. **Sergio Stoco (CEDES)** lembrou da importância da divulgação das atividades do FNE no site, superando as dificuldades técnicas informadas pelo MEC e, se for o caso, buscando alternativas para uma efetiva e permanente assessoria de comunicação ao Fórum, como ocorreu durante a Conae. **Walisson Araújo (Senado Federal)** retomando a palavra para propor que o FNE tenha uma rotina de reuniões extraordinárias temáticas, remotas, para contribuir com a análise e deliberação sobre cada assunto monitorado, assim como sugeriu uma fala pública de apoio visando ao fortalecimento da Secretaria Executiva do Fórum, em termos da ampliação das capacidades técnicas, políticas e institucionais para atender demandas de comunicação e assessoria parlamentar sinalizadas. **Suzane Gonçalves (ANFOPE)** reiterou a importância da divulgação da Conae 2024, sobretudo pelas entidades que compõem o FNE, acrescentando o diálogo sobre o Documento Final com os órgãos de controle como uma sugestão de encaminhamento. Feitos os registros e sistematização das propostas a serem apresentadas para discussão e homologação do Pleno, **Geovana Mendes (CEMS)** encerrou a reunião da CEMS. Em sala simultânea, **José Celestino Lourenço (CUT)**, Coordenador da CEMD, conduziu a respectiva reunião para tratar dos pedidos de ingresso no FNE e mudanças de titularidades de entidades, explicando que foram considerados os critérios do Regimento. Em seguida, apresentou a proposta de parecer que considerou, em primeiro lugar, a lista das solicitações recebidas e

as características das entidades postulantes. Depois comentou sobre a análise construída com base nos critérios regimentais com a perspectiva de consolidação de uma composição que, segundo o Coordenador, alcançou maturidade, representatividade e densidade como elementos fundamentais para cumprir a atribuição concepção, implementação e avaliação da Política Nacional de Educação. Por fim, relatou como parecer conclusivo o indeferimento dos pedidos da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), da Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ANDIPE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), considerando-as entidades da categoria “pós-graduação e pesquisa em educação” assim como de “associações científicas de áreas de ensino”, as quais contam com entidades já representados no FNE. Também apresentou posição pelo deferimento dos pedidos da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça) e do Conselho Brasileiro para a Superdotação (Consbrasd), com a ocupação de uma vaga correspondente à categoria de “Organizações Representativas de Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação”, ausente de representatividade no Fórum. Opinou pelo deferimento do pedido da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), com a ocupação de uma vaga correspondente à categoria dos “movimentos e entidades de povos e comunidades tradicionais”. Por razões explicitadas na minuta de parecer, sugeriu o indeferimento das solicitações de ingresso do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM/SC), do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC). Por fim, sugeriu o indeferimento dos pedidos de titularidade exclusiva da ABRUEM, propondo a alternância entre esta e o CRUB, integrantes do FNE em categoria específica; sugeriu o indeferimento da solicitação da ANEC, até que se possa discutir o espectro mais amplo de instituições confessionais em múltiplas abrangências; sugeriu o indeferimento do pedido da CTB, tendo em vista a categoria das centrais sindicais já está representada no FNE, com entidade titular e entidade suplente. Com a palavra, **Odilon Máximo (ABRUEM)**, expressou incômodo sobre a manutenção da ABRUEM como representante de segmento das universidades e suplente do CRUB, visto que a entidade representa amplo conjunto de instituições estaduais de educação superior públicas e abrangência em termos de números de cursos e estudantes envolvidos, considerando justo que a Associação figure como titular. O posicionamento contou com o apoio dos demais participantes, havendo reforço sobre a necessidade geral do rodízio das entidades que representam a mesma categoria. Ao mesmo tempo registrou-se a necessidade de resguardar a alternância, nesse momento, considerando as sobreposições e maior ocorrência de titularidade de algumas categorias e instituições, mas a importância de uma avaliação aprofundada dos critérios de representatividade e da composição, prevista para ocorrer em quatro anos, para buscar maior equilíbrio. Por fim, ficou registrado o esforço que deve ser contínuo de garantir a representatividade dos grupos sociais diversos, frente a uma demanda crescente por participação. A título de conclusão, após agradecimentos pelas ponderações, **José Celestino Lourenço (CUT)**, mencionou a riqueza do consenso progressivo nesta sessão de trabalho da CEMD. Após o período de trabalho simultâneo da CEMS e CEMD, a reunião do Pleno foi retomada no

turno da tarde. **Professor Heleno (CNTE)** informou sobre as substituições de membros do FNE, a pedido das entidades que compõem o Fórum, as quais serão posteriormente publicadas em Portaria do Ministro. Em seguida, passou ao ponto 3, Ata da Reunião anterior, informando que a Secretaria Executiva do FNE enviou por e-mail aos membros do Pleno as atas referentes às reuniões ordinárias de 2023 para leitura e ajustes. Atendendo à avaliação do Pleno de que não houve tempo hábil para contribuições, foi consensual ENCAMINHAR a discussão e aprovação das referidas atas para reunião posterior. Ato contínuo, foi iniciada a discussão sobre o ponto 4 da pauta, **Avaliação da CONAE 2024 e Análise da Conjuntura**, com o informe do resultado do questionário respondido pelos delegados e delegadas e mencionando o objetivo de melhorar o processo das próximas conferências. Com a palavra, a **Professora Roberta Guedes (ANEC)** elogiou o empenho de todos do FNE e da UnB, destacando o aspecto da acessibilidade, área em que atuou, pontuando que essa é uma das áreas mais importantes, que ela foi a única representante do FNE envolvida, que o planejamento foi pensado por último, sugerindo, por fim, que o planejamento da acessibilidade seja alinhado ao orçamento e conte com uma equipe de trabalho robusta. **Walisson Maurício (Senado Federal)** em seguida destacou a assertividade da decisão do Fórum e do MEC de realizar a conferência, mobilizando-se em 8 meses. Ele ressaltou que as avaliações devem considerar essa realidade, com um fórum recomposto, planejamento organizado e mobilizador, resultando em uma conferência nacional representativa, que gerou um documento significativo. Walisson considerou a Conae vitoriosa. Ele elogiou a parceria com a UnB que, apesar dos ataques de financiamento, organizou uma grande estrutura para a conferência. Contudo, apontou a necessidade de mais cuidado com a acessibilidade. **Fernanda Antônia (SBPC)**, parabenizando a todos, destacou sua participação no Eixo 7, que foi de grande importância, especialmente pela questão da diversidade ambiental abordada, o que foi confirmado pelo Jornal SBPC, que reuniu declarações dos assinantes sobre a relevância deste Eixo. **Luiz Dourado (ANPAE)** disse que a realização da Conferência foi uma decisão política acertada, viabilizada graças ao compromisso das entidades do FNE. Ele parabenizou a todos pela dinâmica e destacou a forte mobilização e sinergia dos fóruns estaduais, municipais e distritais, incentivada pelo Governo democrático popular. Ele elogiou a CEMS e considerou assertiva a construção do Documento Referência. Destacou a importância das emendas aos 7 eixos, tratadas de maneira produtiva pela comissão e pelo Pleno do Fórum. O professor também enfatizou que a conferência foi um processo amplo e democrático, mantendo sua característica de formação político-pedagógica, apesar do tempo curto, informando sua participação em várias conferências municipais e estaduais e destacando as convergências das contribuições dos estados nas respectivas plenárias de eixo. Por fim, ressaltou a necessidade de disseminar amplamente o Documento Final e continuar discutindo as políticas e gestão para a educação básica e superior, abordando também questões transversais. **Andressa Pellanda (CNDE)** concordou que houve comprometimento de todos os envolvidos, mesmo diante de angústias e desafios; elogiou a UnB por acolher a conferência, apesar das complexidades internas e da precarização das universidades, evidenciada pelo recente alagamento que afetou a instituição; agradeceu especialmente a Alessandra Assis, estendendo o gesto à toda equipe do MEC; ressaltou a importância do

documento produzido, preenchendo uma necessidade antiga do campo educacional. Concluiu destacando a importância de aprimorar o sistema de emendas e relatório para futuras conferências, mencionando problemas que precisam ser resolvidos, como a atualização do site do fórum. **José Celestino Lourenço (CUT)**, em concordância com todos os aspectos positivos mencionados, reforçou o papel dos fóruns estaduais, municipais e intermunicipais. Em seguida, mencionou duas experiências marcantes: as conferências nacionais populares de educação, que surgiram após o golpe e criaram uma organização de resistência e resiliência, e a atual conferência, que teve um cenário político desafiador. Ele destacou a resistência dos gestores e a importância da mobilização, com mais de 1327 conferências realizadas em 4300 cidades, apesar dos ataques e dificuldades. Por fim, sugeriu maior financiamento para futuras conferências e destacou a importância da SASE como parte da estratégia para alcançar vitórias futuras. **Aléssio Lima (UNDIME)** reiterou os pontos positivos, destacando a participação representativa da sociedade; parabenizou a CEMS pela elaboração do Documento Final e elogiou a estrutura dos e maior diversidade das temáticas. Também sugeriu melhorias, como a questão da acessibilidade, a ampliação do tempo para intervenções nas plenárias e do número de delegados. Aléssio Lima também sugeriu maior envolvimento dos membros do FNE nas conferências realizadas nos seus respectivos estados; a metodologia das plenárias de eixo, sobretudo quanto à condução do debate. **Carlos Alberto Marques (PROIFES)** reforçou os pontos positivos mencionados e destacou a complexidade de planejar a educação decenal em um país com profundas desigualdades, especialmente educacionais. Falou sobre ampliar o aporte de recursos financeiros; considerou uma vitória o FNE ter produzido um documento legitimado em processo político e social abrangente; alertou que a luta continua e será mais difícil, pois o setor que não disputou as conferências municipais e estaduais e nem a própria Conae pode ter força política junto ao Congresso Nacional; expressou sua crítica a falta de assinatura do MEC no documento; sugeriu que o governo assumisse o Documento. **Suzane Gomes (CAPES)** pontuou algumas questões que foram importantes e, ao mesmo tempo, complexas do processo, como o envolvimento de três atores distintos - universidade, fórum e governo. Essa nova dinâmica trouxe complexidade e tensões necessárias devido ao contrato e às discussões entre o Fórum e o MEC. A professora considerou que seria possível alinhar melhor algumas questões caso houvesse mais tempo. Citou o processo de credenciamento, que enfrentou problemas com listas incompletas no sistema, sugerindo o aprimoramento do sistema de informações. Considerou a escolha da UnB uma oportunidade para que muitos conhecessem a realidade das universidades públicas federais. Finalizou destacando que, pelo menos no Eixo 5 e segundo relatos de colegas que coordenaram outros eixos, não houve problemas significativos nas discussões ou no conteúdo tratado. A avaliação dos temas foi altíssima e o estresse nas plenárias foi causado principalmente pelo calor e salas inadequadas ao número de delegados. **Lueli Duarte (FORUMDIR)** disse que a conferência foi um sucesso, embora repleta de desafios, do início ao fim. Mencionou as dificuldades enfrentadas como coordenadora de um fórum estadual, a exemplo da desestruturação dos fóruns municipais, dificultando o acesso ao interior do estado e exigindo a criação de comissões com conselhos municipais para realizar as etapas necessárias. Ademais, citou problemas de

comunicação, com respostas demoradas a questões e dúvidas; reforçou a importância de manter o contato com os fóruns estaduais para continuar mobilizando os grupos municipais; reforçou a necessidade de divulgar o Documento Final, que representa um momento político importante de reconstrução democrática no País; observou que discordâncias contra a Conae vieram de grupos de extrema direita; ressaltou que a participação social foi válida. Por fim, agradeceu as pessoas que apoiaram o trabalho, destacando a importância do apoio recebido de Héleno Araújo, Selma Rocha, Alessandra Assis e Geovanna Mendes para criar as condições materiais necessárias; Finalizando, enfatizou que o documento final é o produto de muito trabalho, não de milagre, e que é o maior ativo a ser divulgado, reforçado, defendido e utilizado como base para o Projeto de Lei. **Gabriela Medeiros (ABALF)** comentou sobre sua chegada ao FNE em dezembro de 2023, em plena preparação da Conae, sendo positivamente surpreendida pelo acolhimento que recebeu; ressaltou a sincronia de trabalho, foco, motivação e determinação da equipe, destacando a habilidade de cada membro do fórum em desempenhar suas funções de maneira impecável, além da participação ativa e democrática do público, com respeito às normas e regras e da capacidade de reivindicação evidenciada em momentos como a interação com o ministro durante as plenárias; mencionou a condução firme e organizada das salas, especialmente aquelas coordenadas por Luiz Dourado e Wallison Araújo, que garantiram um ambiente produtivo e participativo; concluiu que a Conae foi um evento de grande potencial e impacto, com importante cobertura nas redes sociais. **Rita de Cássia (Fórum EJA)** concordou com as avaliações anteriores sobre as questões técnicas e organizacionais, assim como enfatizou a necessidade de legitimar um Documento Final que o MEC utilizará como para a elaboração do projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso, destacando que o FNE assumiu o desafio de organizar a conferência em apenas 8 meses. Do ponto de vista prático, chamou atenção para melhorias necessárias no processo de inscrição para os eixos e colóquios; sugeriu que as moções aprovadas, além da simples publicação no site do FNE, possam acompanhar o Documento Final para que tenham mais impacto. **Nelson Cardoso (FINEDUCA)** referiu-se ao financiamento da educação, a ser assegurado no novo ciclo para tornar efetiva a execução do novo PNE, comparando com o PNE 2014 e os impactos da disputa de recursos do fundo público na sociedade capitalista brasileira, um problema que, segundo ele, precisa ser enfrentado tanto com o MEC quanto no Congresso Nacional. **Elizabeth Guedes (ANUP)** fez menção à grandiosidade da Conae; elogiou Andressa Pellanda e Sérgio Stoco pela condução da plenária do Eixo II; reiterou a importância da educação como direito público e a necessidade de um plano de acessibilidade; reconheceu o esforço de todos os participantes; sugeriu a organização mais antecipada dos estandes e sinalização mais eficiente. **Marcelo Acácio (UNE)** sugeriu que, para futuras edições da Conae, seja melhorado a divulgação e engajamento; enfatizou a importância do acompanhamento mais sistemático dos fóruns estaduais e municipais para orientar melhor os próximos eventos; sugeriu que o regimento da conferência detalhe mais o papel dos participantes nas plenárias de eixos e na dinâmica geral da conferência; propôs a definição objetiva da atribuição de cada entidade do FNE no acompanhamento das conferências estaduais e municipais, dividindo responsabilidades de forma mais eficiente; elogiou a comunicação positiva que ocorreu durante o evento, recomendando ampliar a

articulação entre as entidades e o FNE para ampliar e dar capilaridade às informações. **Lúcia Rincon (UBM)** parabenizou os envolvidos na organização da Conae; elogiou a capacidade do grupo de administrar os imprevistos naturais de qualquer evento; destacou a condução democrática e a tranquilidade de Heleno Araújo; reverenciou a presença ativa dos movimentos sociais; propôs que as entidades trabalhem ainda mais conjuntamente para garantir maior presença no Congresso Nacional, nas bases estaduais dos parlamentares, para fazer avançar a tramitação e aprovação do novo PNE; defendeu a importância da assinatura do MEC no Documento Final. **Luana Pommé (MST)** contou que foi a primeira vez que participou da construção da Conae, reconhecendo o esforço coletivo necessário; fez crítica aos setores da sociedade que não quiseram participar da Conae e tentaram deslegitimá-la; reforçou a procura de ocupar, estrategicamente os espaços populares para influenciar no Congresso; destacou a representatividade dos colóquios, onde organizações desempenharam um papel representativo na proposição e articulação das discussões, garantindo uma ampla participação e diversidade de vozes; registrou a necessidade de repensar a representação dos movimentos sociais a partir da indicação estadual de participantes; considerou que o trabalho prévio na construção do Documento Referência ajudou a diminuir conflitos nas plenárias, sugerindo melhoria na metodologia de condução do regimento para tornar o debate mais ágil. **Madalena Guasco (CONTEE)** destacou o sucesso da Conferência, apesar do pouco tempo de rearticulação do Fórum e planejamento, em caráter extraordinário; elogiou a capacidade de realizar uma Conae grandiosa em um prazo recorde; propôs cobrar do MEC o compromisso público para que o Documento Final da Conae seja a base do novo PNE; frisou as proposições do eixo 7, dada a emergência ambiental; propôs articular ações das entidades no parlamento para evitar retrocessos significativos, especialmente em áreas fundamentais como o financiamento da educação, de modo a somar esforços com o MEC na elaboração do projeto de lei e por uma tramitação ampla e negociada. **Otto Benar (CONFENAPAIS)** elogiou os participantes pela realização da conferência; destacou o papel de sua entidade que representa os interesses de pais, consumidores, usuários ou clientes; relatou que atuou na distribuição do Documento Referência aos pais, que rapidamente se organizaram, discutiram e devolveram suas opiniões de maneira consolidada; sugeriu que o planejamento educacional considere mudanças inesperadas e profundas; ressaltou a dimensão política e a necessidade de negociação permanente, sem abrir mão da essência das proposições da Conae. **Priscila Alves (ANPG)** parabenizou a todos pela conferência, que surpreendeu pelo seu tamanho; considerou que a participação do movimento estudantil e da juventude pode ser ampliada; registrou que, em alguns momentos, atividades da Conferência da Juventude coincidiram com as etapas locais da Conae, prejudicando a participação dos mais jovens; propôs a criação de espaços de acompanhamento por setores para garantir maior participação do movimento estudantil, permitindo uma melhor coordenação dos calendários e maior mobilização juvenil; sugeriu rápida organização das entidades para garantir a aprovação do documento no Congresso, onde os setores autoritários têm maior articulação e influência. **Alfredo Gomes (ANDIFES)** iniciou sua fala dizendo que as universidades estão sendo continuamente subfinanciadas, mencionando que o orçamento de 2024 é menor que o de 2023; também parabenizou a todos pela construção de

uma conferência participativa e democrática, que trouxe grandes questões para a pauta nacional, que mobilizou o País; alertou sobre a complexidade do campo educacional, povoado por diferentes posições ideológicas e econômicas, e destacou que essa diversidade repercutirá no Congresso durante a tramitação do PNE, demandando ampla articulação política; considerou que a presença do presidente Lula na Conae foi muito importante e deu legitimidade ao processo; enfatizou a importância do MEC acolher adequadamente as proposições; sugeriu a construção de uma estratégia para acompanhar o processo no Congresso Nacional, incluindo a necessidade de uma assessoria parlamentar para subsidiar a formulação de informes e notas, facilitando o diálogo e a negociação. **Alessandra Assis (SASE)** destacou o sucesso da Conae; considerou que a presença do Presidente da República funcionou como um recado para o Brasil sobre o significado da Conae; lembrou da fala do professor Arnaldo Freire, em uma reunião anterior sobre maior compromisso do MEC em comparação com as conferências anteriores;; afirmou que a Conae fortaleceu laços e promoveu a união; exigindo de todos uma compreensão profunda do vivido, mais serenidade no processo de negociação, inerente à democracia. **Odilon Máximo (ABRUDEM)** concordou com as avaliações positivas sobre a Conae; destacou que a mobilização da base da educação expressou um sentimento positivo de todos estarem juntos discutindo sobre um projeto de educação para o País; ressaltou o papel formativo da conferência para a juventude presente, muitos dos quais participavam pela primeira vez; concordou que fez diferença ter a presença do Presidente Lula, considerando que seu discurso foi formidável, trouxe visibilidade, assim como atraiu ataques políticos; avaliou que a etapa mais difícil começaria a partir da Conae, com o debate no Congresso, que deverá exigir a luta nas ruas e nas instituições; sugeriu que o FNE produza documentos que sintetizem as propostas relativas à ciência, tecnologia, cultura e educação. Em tempo, o reitor parabenizou a nova diretoria do Conif, com o professor Elias Monteiro assumindo a presidência. **Sérgio Stoco (CEDES)** disse que estava bastante contemplado com todas as falas; acrescentou a questão da violência que apareceu significativamente nos discursos de ódio contra os participantes da Conae, considerando que violência e a intimidação têm sido usadas sistematicamente por grupos extremistas e que é necessário o FNE pensar em como lidar com esse problema, enfrentando o sentimento de insegurança e assegurando a liberdade de expressão em todas as etapas do debate, desenvolvendo estratégias para lidar com grupos mais agressivos, evitando que se tornem dominantes. **Miriam Fábia (ANPED)** ressaltou a importância de voltar nas avaliações feitas durante a conferência, destacando que essas reflexões devem servir como alertas para as próximas edições; lembrou a contribuição do professor Heleno Araújo ao mencionar sua participação desde a conferência de 2008, enfatizando a acumulação de experiências ao longo das edições. Após o ciclo de avaliação proposto neste ponto de pauta, foi feito o registro das proposições e o turno de trabalho foi encerrado. No segundo dia de reunião, teve sequência a pauta aprovada com **Heleno Araújo (CNTE)** conduzindo o ponto 6, sobre Propostas para encaminhamentos das Comissões Especiais, a serem apreciadas e homologadas pelo Pleno do Fórum. Com a palavra, **Geovana Mendes (CEMS)** deu início a apresentação das propostas da CEMS, a saber: solicitar ao MEC a participação do FNE no processo de elaboração e ter estratégias de

acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei (PL) do novo Ensino Médio; criar uma agenda de apresentação para visibilidade ao Documento Final da Conae 2024, com os Fóruns Estaduais e Municipais e instituições estratégicas que precisam receber e debater com o FNE o resultado da Conae; utilizar o Documento Final para a elaboração de documentos técnicos que expresse o posicionamento do FNE diante de diferentes temas em debate no Congresso Nacional; estabelecer um calendário de reuniões temáticas da CEMS e do FNE, online; realizar webinários relacionados aos assuntos do PL PNE; assegurar assessoria legislativa e assessoria de comunicação como apoio técnico ao FNE; produzir um boletim do FNE com divulgação periódica a ser feita pela CEMD. Diante das propostas apresentadas, **Heleno Araújo (CNTE)** chamou atenção sobre atividades que se entrelaçam nas duas Comissões, CEMD e CEMS; explicou que as entregas precisam contar com as entidades para que cada agenda seja realizada, considerando destaques do Documento final relacionados com o órgão agendado; falou da expectativa de diálogo entre o MEC e o FNE sobre o PL do PNE, como ocorreu em 2010; indicou a realização de uma reunião com os Fóruns Estaduais, Distrital e Municipais para a devolutiva sobre o Documento Final, a ser enviado para todos logo após a entrega ao Ministro; a importância de direcionar temáticas específicas, fortalecendo os respectivos Grupos de Trabalho criados pelo FNE; a importância dos webinários serem construídos a partir da iniciativa das entidades. Em seguida, a título de saudação, foi passada a palavra para **Denise Carvalho (Presidenta da Capes)**, anfitriã da reunião do Pleno. A Presidenta parabenizou a volta do FNE, reconheceu a dedicação de cada membro pela bem sucedida Conae, relacionou esses fatos à defesa da Democracia. Por fim, comentou sobre o fim do PNE 2014 sem alcançar as metas propostas, e que o novo PNE 2024 possa atingir metas para que o país siga em frente sem retroceder, sem desigualdade e com mais qualidade de vida. Dando continuidade ao debate sobre as proposições da CEMS, o **Deputado Fernando Mineiro (CE da Câmara dos Deputados)** pediu a palavra para sugerir a entrega formal do Documento Conae para a Câmara, por meio de reunião e de uma Audiência Pública na Comissão de Educação, para debater e identificar quais são os parlamentares que têm afinidade com cada questão abordada no Documento. Em seguida, **AS PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO DA CEMS FORAM SUBMETIDAS AO PLENO E CONSIDERADAS APROVADAS.** Dando seguimento ao relato do trabalho das Comissões, **José Celestino Lourenço (CUT)**, resumiu a discussão realizada durante a reunião da CEMD, ocorrida no dia anterior, assim como fez a leitura do parecer que analisou os pedidos de ingresso e/ou mudança de titularidade de entidades no FNE. Sobre o processo de ingresso de entidades, o professor **Heleno Araújo (CNTE)** relembrou os prazos e os critérios estabelecidos no Regimento Interno; explicou que a recomposição do FNE em 2023 obedeceu ao desenho de 2016, quando houve ruptura do Regimento; mencionou a necessidade de destinação, durante a Conae, de vagas para setores representativos das pessoas com deficiência, devido ao fato da respectiva entidade não ter indicado, até aquele momento, o seu representante titular e suplente no FNE. **Lucia Rincon (UBM)** observou que algumas entidades não tiveram participação ativa no FNE e na Conae e que teria sido importante remanejar vagas sobressalentes. **Heleno Araújo (CNTE)** propôs que a criação de uma comissão de regimento para iniciar o debate sobre os critérios de

ingresso e outras dimensões do funcionamento do FNE e, ato contínuo, submeteu o parecer da CEMD ao Pleno do Fórum. **O PARECER APRESENTADO PELA CEMD FOI APROVADO.** Em seguida, foi dado início ao próximo ponto de pauta subsequente, **ponto 7, sobre a Organização interna do FNE** com a explicitação por Heleno Araújo sobre o processo de escolha do (a) Vice-Coordenador (a) do FNE, conforme deliberação do ano anterior. O Coordenador do FNE citou critérios de paridade com a indicação de uma mulher; de representatividade da coordenação com base na sociedade civil; de articulação entre entidade vinculada à educação básica e entidade vinculada à pós-graduação, por fim, propondo que a vice-coordenação do FNE seja assumida pela ANPED. Não havendo oposição à indicação, **O NOME DA PROFESSORA MIRIAM FÁBIA ALVES, REPRESENTANTE TITULAR DA ANPED FOI APROVADO PARA VICE-COORDENADORA DO FNE.** Com a palavra, **Heleno Araújo (CNTE)** reiterou sua posição sobre a Secretaria executiva de que, sendo o Fórum coordenado por entidade da sociedade civil, que a Secretaria Executiva permaneça com a representação da SASE/MEC, que vem organizando internamente sua equipe para dar apoio ao funcionamento do Fórum. Sobre os encaminhamentos relacionados com os GTTs e Comissões, orientou que as comissões especiais renovassem ou indicassem as próprias coordenações, a partir da realização de reunião remota realizada para este fim, ressaltando que as representações se posicionem em uma ou outra comissão, com seu membro titular e suplente. Também relembrou que os grupos de trabalho temporários deveriam escolher um coordenador e de um relator; que foram instalados 07 (sete) GTTs com o prazo de atuação de 180 dias (6 meses), podendo ser prorrogado pelo mesmo período; que os grupos têm a tarefa de produzir um documento, nota técnica sobre o tema trabalhado para debater o tema no Pleno do FNE; que os GTTs possam estar alinhados e aportarem contribuições com Grupos de Trabalho do MEC, especialmente onde o FNE tem assento para que essa representação esteja embasada no acúmulo sobre o diversos temas debatidos pelo Pleno do Fórum. Com a palavra, **Luiz Dourado (ANPAE)** citou que foi indicado pelo Fórum junto com a Professora Darli de Amorim Zunino (UNCME) para participar do GT de Formação de Funcionários criado pelo MEC, que teve prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar relatório e proposições, tendo aprovado a retomada da formação básica e o avançado para a formação superior dos funcionários e enviado seu documento final ao Ministro. O professor também mencionou que o GTT de Formação de Professores do FNE encaminhou uma nota ao MEC, conforme sinalizações da reunião anterior do Pleno, a qual mantém e reforça a posição em defesa da retomada da Resolução CNE nº 02 de 2015, a revogação das Resoluções nº 02 de 2019 e nº 01 de 2020. **Gilson Reis (CONTEE)** informou que o GTT de Regulamentação conseguiu ter um avanço significativo no segundo semestre de 2023, tendo alguns encaminhamentos a respeito da coleta de informações sobre regulamentação em 15 (quinze) países de todos os continentes; comentou que Madalena Guasco e Alysson Mustafá, que assumem, respectivamente como novos titular e suplente da CONTEE no Fórum, estão buscando informações sobre a legislação aprovada ou em tramitação no Congresso Nacional para fazer um balanço do processo de regulamentação. Também fez um balanço do trabalho do GTT, citando 12 (doze) oitivas com 12 (doze) entidades nacionais que expuseram as suas posições sobre a

regulamentação. Explicou que os dados a serem levantados e sistematizados vão compor um relatório contundente e comparativo, inclusive de outros países, sobre esse processo de regulamentação. O professor comentou que durante o semestre anterior o tema da EAD também foi objeto de reflexão, que o MEC fez uma consulta pública e que o setor privado tem uma participação cada dia mais importante nessa modalidade, o que impõem ao GTT trabalhar nos próximos 06 meses nessa questão. **Roberta Guedes (ANEC)** dialogou com a proposta de tratar da EAD, considerando o impacto não só na educação superior, mas, sobretudo, na educação básica e suas modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, a professor propôs a organização no âmbito do FNE de um GTT de EAD que aborde as dimensões políticas e pedagógicas do tema, considerado como estratégico e delicado, colocando-se à disposição para coordenar o grupo. A professora também sugeriu que o GTT 5 (Programa Escolas Cívico Militares, Educação Doméstica e Lei da Mordaça) voltasse a funcionar, dada a relevância desse assunto e o avanço dessas pautas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Por fim, solicitou o empenho das entidades para reativação do GTT de Educação para a paz. **Alfredo Gomes (ANDIFES)** concordou com a proposta de criação do GTT para discutir EAD, considerando que o tema é transversal a todas as os níveis e modalidades de educação, adicionando a importância da EAD em cursos de licenciaturas e de formação de professores, atingindo a área da Pedagogia como a que tem maior número de matrículas, comprometendo a qualidade da formação nessa área devido à falta de regulamentação. **Luiz Dourado (ANPAE)** reiterou a importância do GTT proposto, sugeriu a revisão do processo de flexibilização da regulamentação, a partir de 2016, com destaque para o Decreto nº 9.057/2017, que precisa ser revogado e o ensino híbrido que precisa ser discutido. **Madalena Guasco (CONTEE)** acrescentou que a falta de regulamentação da EAD provoca a perda de qualidade da educação de nível superior e com a grande possibilidade de também se apropriar da educação básica pública. Assim, **FOI APROVADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DOS GTTS POR MAIS UM SEMESTRE, ASSIM COMO A CRIAÇÃO DO NOVO GTT EAD, COM IGUAL PRAZO.** Com a palavra, **Heleno Araújo (CNTE)** orientou a Secretaria Executiva do FNE a revisar a composição dos grupos, considerando que titulares e suplentes podem participar dos trabalho. Além disso, sugeriu a cada GTT reunir seus membros para a renovação ou manutenção do (a) coordenador (a) e relator (a). **Roberta Guedes (ANEC)** pediu a palavra para sugerir ao FNE o envio de ofício ao Conselho Nacional de Educação com pedido de abertura do debate sobre EAD, de modo a avaliar melhor problemas como a proporcionalidade docente nos cursos, entre outras dimensões pedagógicas. Encerrado esse ponto de pauta, Héleno Araújo (CNTE) orientou o Pleno em relação ao **ponto 9 da pauta, Audiência com Ministro da Educação**, que tem como objetivo a realização de ato de entrega do Documento Final da Conae, explicando que foi definida a Sala de Atos, situada no 9º andar do MEC, a partir das 16h. Assim, após o almoço, os membros do Pleno se encontrariam no prédio do Ministério. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador Héleno Araújo agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião.

ANEXO

LISTA DE PRESENÇA DA 1^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) - 04 E 05 DE MARÇO DE 2024 - 9H ÀS 18H (CAPES)

1. Fórum Nacional de Educação - Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho – Coordenador do FNE
2. Associação Brasileira de Alfabetização – ABALF – Gabriela Medeiros Nogueira – Titular
3. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias de Educação Superior – ABRUC – Paulo Muniz Lopes – Titular
4. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES - Alfredo Macedo Gomes – Titular
5. Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA - Nelson Cardoso Amaral – Titular
6. Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE – Luiz Fernandes Dourado – Titular
7. Associação Nacional de Pós-graduando – ANPG – Ana Priscila Paiva de Farias Alves – Suplente
8. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED – Geovana Mendonça Lunardi Mendes - Titular e Miriam Fábia Alves – Suplente
9. Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES – Sergio Stoco – Titular
10. Comissão de Educação da Câmara dos Deputados – Deputado Fernando Mineiro – Suplente
11. Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal – Walisson Maurício de Pinho Araújo – Suplente
12. Confederação Nacional de Pais e Alunos – CONFENAPAIS – Otto Benar Ramos de Farias – Titular
13. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – Heleno Manoel Gomes de Araujo Filho – Titular
14. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE – Madalena Guasco Peixoto – Titular
15. Conselho Nacional de Educação – CNE – Paulo Fossati – Suplente
16. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF – Luzia Matos Mota – Titular

17. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Marcia Serra Ferreira – Titular e Rosangela Gonçalves de Oliveira – Suplente
18. Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - Proifes – Carlos Alberto Marques – Titular
19. Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação – FONCEDE – Ricardo Tonassi Souto – Titular
20. Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros, Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR – Lueli Nogueira Duarte e Silva – Titular
21. Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil – Fóruns Eja Brasil – Rita de Cássia Pacheco Gonçalves – Titular
22. Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil – MIEIB – Sandro Vinicius Sales dos Santos – Titular
23. Secretaria de Articulação e com os Sistemas de Ensino – SASE - Alessandra Santos de Assis – Titular
24. Secretaria de Educação Básica – SEB - Aleksandro do Nascimento Santos – Suplente
25. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidades e Inclusão – SECADI - Cleber Santos Vieira – Suplente
26. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC - Patrícia Barcelos – Suplente
27. Secretaria Executiva Adjunta – SEA – Bruna Matos de Carvalho – Suplente
28. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – Fernanda Antônia da Fonseca Sobral – Titular
29. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME - Manoel Humberto Gonzaga Lima – Titular
30. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME – Vivian Katherine Fuhr Melcop – Suplente
31. União Nacional dos Estudantes – UNE - Marcelo Acácio da Silva – Titular
32. Conselho de Reitores das universidades Brasileiras – CRUB - Sallete Marinho de Sá – Representante
33. Central Única dos Trabalhadores – CUT - José Celestino Lourenço – Titular

34. Campanha Nacional pelo Direito à Educação - Andressa Camille Pellanda – Titular
35. Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI - Daniela Franciela Sales – Titular
36. Centro de Estudo das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT - Lara Santos Rocha – Suplente
37. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - Luana Pommé Ferreira da Silva - Suplente
38. União Brasileira de Mulheres – UBM - Lúcia Rincon – Suplente
39. Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP - Elizabeth Regina Nunes Guedes – Titular
40. Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN - Arnaldo Cardoso Freire – Titular
41. Associação Nacional de História - ANPUH - Wagner Germiniano dos Santos - Titular
42. Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - ANFOPE - Suzane da Rocha Vieira Gonçalves – Titular
43. Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC - Roberta Valeria Guedes - Titular

OBSERVADORES

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE - Gilson Reis